



RESENHAS

Clame! Chame! Chame o ladrão!*

PARANHOS, Adalberto. *O Roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo – SP: Boitempo Editorial, 1999. 231 p. (Coleção “Mundo do Trabalho”).

Guilherme Cavalheiro – UFRN

Agradável e polêmico é o mínimo que se pode dizer do livro “O Roubo da Fala – origens da ideologia do trabalhismo no Brasil”, escrito por Adalberto Paranhos e editado pela Boitempo em 1999. Tais atributos fizeram-me não resistir à tentação e titular esta resenha ao seu estilo, cheio de passagens que ilustram musicalmente o seu relato histórico. Logo em seu início, a industrialização brasileira dos anos 30 é apresentada através da música de Noel Rosa... Vejamos o que nos diz Adalberto, para entender, depois, por que chamamos o ladrão.

O livro trata das origens da ideologia do trabalhismo no Brasil e, com tal objetivo, abrange os anos de 1937-45, particularmente 1942-43, quando Getúlio Vargas exercia o poder de forma ditatorial, sob o Estado Novo. O seu objeto de pesquisa é construído a partir de um variado conjunto de textos de personalidades políticas da época. Num primeiro plano de sua análise, privilegiou as falas e escritos de Azevedo Amaral, Cassiano Ricardo, Francisco Campos, Marcondes Filho e Segadas Vianna, seguidos, longinquamente, por Lindolfo Collor e o próprio Getúlio Vargas. Mais distantemente, encontram-se João Daudt d’Oliveira, Monte Arrais, Roberto Simonsen e Salgado Filho. Apenas mencionados, encontram-se Almir de Andrade, Agamenon Magalhães e Waldemar Falcão.

A partir da análise destas personalidades, Paranhos agrega suas manifestações, formando um conjunto homogêneo, para destacar tanto os argumentos centrais como os secundários. Deste modo,

considera que a ideologia do trabalhismo realiza a seguinte operação: ela cria e desenvolve o mito de que os direitos sociais implementados pelo Estado naqueles anos foram outorgados por Getúlio Vargas, cobrando dos trabalhadores disciplina e fidelidade ao governo, forma de sua gratidão ao “grande líder”.¹ Ademais, Paranhos mostra ao leitor como outros mitos, “de apoio”, como o “grande líder”, o “Estado Autoritário” e o “Estado Providência”, auxiliam o regime estadonovista na sua busca de legitimidade.

Em sua crítica à ideologia do trabalhismo, Paranhos defende a tese central de seu livro, e que lhe inspira o título, de que a imagem de gratidão pela outorga, sendo ideologia e não realidade, rouba dos trabalhadores a sua verdadeira fala. Esta não seria a fala do “muito obrigado”, mas a voz das greves e das lutas que arrancaram seus direitos de Vargas. Esta troca historicamente ilícita, Paranhos se propõe reparar mobilizando (1) a existência de contradições internas aos documentos analisados, (2) o seu questionamento teórico através da literatura crítica aos conceitos de mito e ideologia e (3) o seu contraste com os fatos históricos que negam a passividade dos trabalhadores e as boas intenções de Vargas.

Somente a definição da ideologia do trabalhismo realizada pelo autor, a partir de inúmeros trechos de pronunciamentos oriundos de diferentes autores, torna “O Roubo da Fala” indispensável para todos aqueles que se interessam pela luta dos trabalhadores sob a “Era Vargas” e, em especial, sob o Estado Novo. No entanto, o livro nos brinda com

* Na música “Acorda Amor”, composta por Chico Buarque em 1974, sob o pseudônimo Julinho da Adelaide, o “personagem central”, acordado na madrugada por um pesadelo, que é a polícia, clama, atônito, ajuda do ladrão. In: www.chicobuarque.com.br

¹ p. 167 e 173.

outras qualidades. Cuidadoso e preciso no manuseio de suas inspirações teóricas, Paranhos delimita, num espaço repleto de fontes aparentemente incompatíveis, um eclético ponto de partida para sua análise. Nele encontramos Bakhtin e Barthes, Canetti e Castoriadis, Ginzburg e Gramsci, entre muitos outros, repensados criativamente na difícil tarefa de se definir o conceito de ideologia, o que merece a atenção de qualquer pesquisador interessado por este conceito. Quanto à história do período, deve-se destacar que o autor debate intensamente a literatura sobre o tema, dividindo com parcimônia os elementos considerados positivos e equivocados, sempre incorporando os primeiros e rebatendo os segundos, mesmo que, às vezes, estejam dentro de um mesmo autor.

Por fim, há de se elogiar a fluência de seu texto que, se não é de um escritor profissional, muito dele se aproxima com a elegância de seu ritmo e fluidez, características cada vez mais raras nos textos de origem acadêmica. Mas a proximidade de sua narrativa com o gênero literário não se faz apenas pela forma mas, igualmente, pelo seu conteúdo. Paranhos, como foi dito no início desta resenha, parece ser capaz de musicar qualquer argumento, sempre rememorando letras consagradas da música popular brasileira, descrevendo acontecimentos de seus mais ilustres compositores e intérpretes. O uso que faz da música, seja da letra, seja de sua história, na confecção de cenários por onde transita sua narrativa também nos serviu de metáfora para indicarmos o que é passível de crítica em seu livro. Se estivéssemos ouvindo uma composição de Paranhos, diríamos que algum desafino, não pequeno, machuca-nos o ouvido e que este mal-estar é acentuado pelo lugar que ocupamos entre os ouvintes deste hipotético auditório.

Em primeiro lugar, vejamos o que nos pareceu desafinar e pensar, tal como Julinho da Adelaide, em chamar o ladrão... Deve-se destacar o fato de que Getúlio Vargas só foi abordado, como tema secundário, como o personagem da ideologia que o manipulava enquanto mera alegoria no desenho do grande líder. Estamos cientes, desta forma, que não cobramos de Paranhos o que ele não se propôs, ou seja, avaliar o papel histórico de Vargas frente às classes dominadas. Todavia, se os ideólogos pesquisados são os responsáveis diretos pela deformação

da história, pelo “roubo da fala”, Vargas acaba sendo o principal herdeiro da pesquisa de Paranhos, uma vez que todas as evidências apresentadas pelo autor o indicam não só como beneficiário no poder da ideologia que o legitima mas, fundamentalmente, como “mandante do crime”. Uma vez socorridos os trabalhadores, e isto Paranhos fez brilhantemente, é preciso ser questionado uma das conseqüências de seu livro, invertendo-se o saldo negativo que se impôs a Vargas. E este nosso interesse não é movido pelo fato de Vargas ser enfocado exclusivamente no papel de ditador, não sendo vistos os anos em que foi liderança insurreta e presidente democraticamente eleito, mas pelo que consideramos insuficiente na análise feita pelo autor.

Vejamos a avaliação de Paranhos ao se deter na ideologia do trabalhismo: não a cotejou sistematicamente em sua contrapartida objetiva, porém nas ações concretas e positivas de Vargas em seu atendimento às reivindicações que lhe foram feitas. Conseqüentemente, se a ideologia abafou a voz de protesto dos trabalhadores, a análise do fenômeno ideológico acabou por tomar os feitos de Vargas majoritariamente na forma de seu exagero propagandista, negligenciando a existência real de um incipiente Estado providência, fundamental para a eficácia dos discursos analisados. Assim, Paranhos acaba por substituir o mito do bom chefe, que outorga, por uma avaliação igualmente inverídica, onde só os trabalhadores seriam autores de sua história, criadores das conquistas sociais daquele período. O que deveria ser acrescentado, em sua crítica à ideologia oficial, é que, havendo concessões e não outorga, houve, no mínimo, uma co-autoria entre o movimento operário-popular e Vargas no estabelecimento daquelas conquistas. Segundo o próprio autor, comentando os gastos dispensados aos programas de bem-estar, a partir de 1942, “os mitos, afinal, não se nutrem só de palavras”.² Aqui, não havendo espaço para um exame mais detido acerca das causas desta insuficiência, indicaríamos, enquanto nossa suspeita, que, talvez, a riqueza de inspirações

² p. 139.

teóricas, de que se valeu o autor, se lhe propiciou uma análise multifacetada das entranhas do discurso trabalhista, e lhe tomou a visão de parte substancial do contexto objetivo que o alimentava.

Em segundo lugar, a metáfora do auditório, que acentua o desafinado acima descrito, serviu-nos para refletir um pouco sobre a distância existente entre a realização da pesquisa e seu impacto entre os leitores. Na atualidade, quando vemos a Constituição de 1988 ser revisada em todos os sentidos, na prática, pelo Congresso Nacional, e, na teoria, por novos ideólogos deformadores, encontrando-se em ambos a convergência crítica de que, em seus artigos relativos às garantias sociais, houve um retrocesso político e econômico, ressurreição da “Era Vargas”, perspectiva associada aos trabalhadores, que seria obrigada, em alguma medida, a colocar-se favoravelmente em relação àquela quadra histórica. Ao leitor, identificado politicamente com as classes dominadas no Brasil, e que sofre, por este motivo, a pressão neoliberal por todos os lados, torna-se desarmonioso com o presente o direcionamento do trabalho de Paranhos. Neste sentido, é elucidativa a revelação do autor.

*“Ao me sentir atraído pela pesquisa em torno dos mitos forjados pela ideologia do trabalhismo, fui movido por propósitos políticos que me diziam que nós, trabalhadores, precisamos aprender a nos defendermos de nossos ‘defensores’ ”.*³

Afinal, perguntam-se os leitores, lá no fundo do auditório, estaríamos em tempo de nos defender de nossos “defensores”, mesmo que comprovadamente sua ação apenas atendeu às nossas reivindicações?

Talvez as motivações de Paranhos possam ser compreendidas se ele, como intérprete, for inserido historicamente. Parece-nos que, para o bem e para o mal, o autor traz de volta as temáticas amplamente desenvolvidas pelos cientistas sociais e historiadores em fins dos anos 70, que pleiteavam, em seu afã crítico do populismo, indicar novos caminhos para os movimentos sociais que surgiam a partir da crise da ditadura e que, de alguma forma, desaguiariam no Partido dos Trabalhadores.

Descobrimos e defendendo a “autonomia” dos movimentos operário e popular, a extensa literatura que se forjou nestes anos intitulava a tudo e a todos com o prefixo “novo”, sempre os comparando ao passado populista e “pecebista”, responsáveis, em diferentes medidas, pelo malogro de 1964. Eram tempos de empolgação e otimismo, de alta dos movimentos de massa, de esperanças com o socialismo. Nossa sensação é que somente a conjuntura de fins dos anos 70, quando não tínhamos limite para nossos sonhos e sequer imaginávamos como seriam terríveis os anos do Consenso de Washington, pode explicar a equivocada conclusão de que a ideologia do trabalhismo foi, exclusivamente, falsificação da história, pois somente aquele otimismo faria esquecer como havíamos sido “felizes”, ao lado de quem soube conceder, na busca de um consenso nacional-desenvolvimentista, ao lado, quem diria, daquele saudoso ladrão.

A crítica de Paranhos nos remonta àqueles bons tempos, tempos de se criticar o mito do “Estado providência”, enquanto outorga de Vargas, e de se desejar um Estado socialista. Mas entre o tempo da interpretação e o tempo de nossa leitura, muita coisa aconteceu e a crítica ao roubo da fala, mantém o seu vigor na defesa da vítima, e acentua o seu mal-estar ao lembrá-la que o ladrão daqueles tempos é preferível à “polícia” neoliberal de hoje.

³ p. 207.